

APRESENTAÇÃO

O terceiro número da Revista de Ciências Sociais e Jurídicas (RCSJ), da Faculdade de Direito do Centro Universitário Padre Anchieta (Jundiaí-SP), prossegue na sua valorosa missão acadêmica de debater, refletir e investigar temas importantes relacionados às disciplinas de formação do profissional do direito, como Introdução do Estudo do Direito, Sociologia Jurídica, Filosofia Jurídica, Ciência Política, Teoria Geral do Estado, Antropologia, Estudo da História do Direito, Direitos Humanos, Hermenêutica Jurídica, dentre outras.

Esta edição é bastante especial porque está repleta de publicações de pesquisadores e professores de outras Instituições de Ensino Superior (IESs), a saber: Mariana Bernardes da Costa Arruda (mestre em Direito de Estado pela Universidade de São Paulo), Eduardo Alexandre Frezza (pós-graduado em Direito Empresarial pela Fundação Getúlio Vargas) e Pilar Carolina Villar (professora do Instituto do Mar da Universidade Federal de São Paulo), Walter José Celeste de Oliveira (doutorando em Filosofia do Direito pela Universidade de São Paulo), Andréa Castelo Branco Brasileiro (Doutora pelo Programa de Pós-graduação em Ciência Ambiental da Universidade de São Paulo), Paulo Antônio de Almeida Sinisgalli (professor da Escola de Artes Ciência e Humanidades da Universidade de São Paulo) e Joshua Farley (Doutor em Economia Ecológica, pela Faculdade de Agricultura e Ciências da Vida - UVM - EUA). Agradeço a esses pesquisadores, cujos trabalhos valorizam a qualidade da produção intelectual da RCSJ, permitindo que o leitor tenha acesso a outras abordagens analíticas.

O primeiro artigo – *Por que há uma dificuldade dos governos em ratificar e incorporar os tratados internacionais de direitos humanos?* – escrito pela Mestra Mariana Bernardes da Costa Arruda, analisa as dificuldades de incorporação dos Tratados Internacionais de Direitos Humanos pelas nações que adotam os sistemas “civil law” e “common law”, além das nações de origem asiática. Dentre outras questões, o trabalho aborda as relações políticas por detrás dos debates de incorporação de tratados e os motivos pelos quais alguns países se comprometem com a ratificação, mas não realizam uma efetiva incorporação.

O segundo trabalho, assinado por Eduardo Alexandre Frezza e pela Profa. Dra. Pilar Carolina Villar – *Natureza jurídica da responsabilidade por infração administrativa ambiental* – analisa a responsabilidade por infrações administrativas ambientais, considerando que não existe consenso doutrinário e jurisprudencial a respeito da sua natureza jurídica, ou seja, se é

objetiva ou subjetiva. Além de realizar uma conjugação sobre ambas as correntes, o artigo apresenta particularidades e conceitos sobre a responsabilidade administrativa ambiental.

O terceiro artigo dessa edição da RCSJ – *Breves notas sobre a relação entre direito e moral* – elaborado pelo Prof. Me. Walter José Celeste de Oliveira, lança uma noção basilar a respeito da tormentosa controvérsia envolvendo os positivistas e os jusnaturalistas, realizando uma apresentação esquemática da doutrina do direito natural moderno e de algumas noções a respeito do positivismo metodológico e ideológico, finalizando com uma discussão a respeito do “desafio anarquista” à autoridade do direito.

O quarto artigo – *Pagamento por serviços ecossistêmicos: o caso brasileiro* – escrito pela Dra. Andréa Castelo Branco Brasileiro, pelo Dr. Paulo Antônio de Almeida Sinisgalli e pelo Dr. Joshua Farley, com uma pequena contribuição da minha parte, analisa sinteticamente o Pagamento por Serviços Ecossistêmicos, que é um instrumento de proteção ambiental não relacionado às tradicionais regras de comando e controle, apresentando as principais normas jurídicas brasileiras que adotam esse mecanismo.

O quinto trabalho desta edição – *A linguagem como instrumento de violência simbólica no campo jurídico* – de autoria do Prof. Me. Elvis Brassaroto Aleixo, propõe uma reflexão crítica sobre a construção social do discurso jurídico como instrumento de violência, sustentando que essa violência se perfaz pelo impessoalismo da linguagem jurídica como uma das estratégias mais eficazes empregadas para tentar neutralizar a verdadeira dicção da lei e, via de consequência, obstaculizar o conhecimento dos desprovidos de capital linguístico necessário para compreensão e manuseio do campo jurídico.

O sexto artigo da revista – *Luta de classes e golpismo no Brasil: aproximações entre a crítica do modo de produção capitalista e a Teoria do Estado de exceção* – elaborado pelo Prof. Me. Wanderley Todai, relaciona a composição básica do conflito de classes no Brasil, no período que vai de 1950 a 1964, com a categoria da teologia política, analisando a sociedade brasileira baseada na democracia formal e que, ao mesmo tempo, funda-se na possibilidade constante de sua suspensão na forma do Estado de Exceção. O trabalho faz uma aproximação entre a economia política de Karl Marx e a teoria da Soberania, estudada por Carl Schmitt, tendo como foco a ideologia e a prática política da vertente liberal brasileira, a chamada União Democrática Nacional (UDN).

O artigo final desta edição – *Democracia, Liberdade e Igualdade em Tocqueville* – escrito pela Prof. Dra. Thaís Battibugli, analisa o pensamento político do historiador e teórico

político francês Alexis de Tocqueville (1805-1859) em relação à temática da democracia, da liberdade e da igualdade, a fim de identificar suas soluções para os “desvios” da democracia.

Espero que este terceiro número da Revista de Ciências Sociais e Jurídica possa proporcionar uma leitura entusiasmada, reflexiva e bastante proveitosa.

Junho de 2020

Prof. Dr. Paulo Roberto Cunha

Coordenador da Revista de Ciências Sociais e Jurídicas